



5º Simulado

TCU

Pós-Edital

Simulado Especial

5º Simulado TCU

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCU;
- 2 – A prova contém **100 itens** que serão divididos em duas partes, conhecimentos gerais na parte da manhã e conhecimentos específicos na parte da tarde. que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com 5 alternativas.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h às 12h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCU-22-01>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

Patricia / Adriana

01. O filósofo Epíteto afirmava o seguinte: “Pois neste caso, não devemos dar crédito a muitos, que dizem que ninguém deve ser educado, a não ser o livre; mas, antes, aos filósofos, que dizem que somente os instruídos são livres”.

A opção correta sobre a estrutura desse pensamento é:

- a) todos são livres, quando instruídos;
- b) ser livre é condição suficiente para ser educado;
- c) ser educado é condição necessária para ser livre;
- d) ser livre e instruído são condições que se opõem;
- e) a educação é conseqüência da liberdade.

02. “Pois neste caso, não devemos dar crédito a muitos, que dizem que ninguém deve ser educado, a não ser o livre; mas, antes, aos filósofos, que dizem que somente os instruídos são livres”.

Sobre a estrutura linguística e textual da citação, é correto afirmar que:

- a) o pronome demonstrativo “neste” deve ser substituído por “nesse”;
- b) a supressão de vírgula depois de “muitos” mantém o sentido do período;
- c) o sujeito da segunda forma verbal “dizem” é indeterminado;
- d) o trecho “neste caso” pode ser intercalado por vírgulas;
- e) a forma verbal “devemos” deve ser flexionada na 3ª pessoa do plural para manter a coesão do período.

Texto 1

A vida é uns deveres que nós trouxemos para fazer em casa.

Quando se vê, já são 6 horas: há tempo...

Quando se vê, já é 6ª-feira...

Quando se vê, passaram 60 anos!

Agora, é tarde demais para ser reprovado...

E se me dessem – um dia – uma outra oportunidade, eu nem olhava o relógio seguia sempre em frente...

E iria jogando pelo caminho a casca dourada e inútil das horas.

Mário Quintana

03. Esse poema é construído a partir de uma comparação implícita entre a vida e a escola, como as alternativas abaixo, EXCETO:

- a) O poeta dos escravos deixava transparecer a dura realidade;
- b) Aquela mulher era meu vício;
- c) Você não é nada além de um cão de caça;
- d) Seu amor é uma sinfonia ao meu redor, correndo através de mim;
- e) Ainda assim, eu imitarei o sol, que permite que as nuvens contagiosas básicas sufoquem sua beleza do mundo.

04. Pode-se inferir do Texto 1 que ele:

- a) traz um conselho de alguém já experiente;
- b) é uma forma reacionária de ver a vida;
- c) mostra a ingenuidade das pessoas ao comparar a vida;
- d) compara o desenrolar do tempo aos prazeres da escola;
- e) mostra um eu-lírico determinado a não mudar.

A vida é uns deveres que nós trouxemos para fazer em casa.

Quando se vê, já são 6 horas: há tempo...

Quando se vê, já é 6ª-feira...

Quando se vê, passaram 60 anos!

Agora, é tarde demais para ser reprovado...

E se me dessem – um dia – uma outra oportunidade,

eu nem olhava o relógio

seguia sempre em frente...

E iria jogando pelo caminho a casca dourada e inútil das horas.

05. Sobre a estrutura linguística do Texto 1, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o artigo indefinido no 1º verso tem o sentido de “alguns”;
- b) o numeral no 6º verso determina o tempo necessário para a mudança;
- c) a repetição da oração subordinada nos versos 2 a 4 denota ênfase;
- d) o sujeito do 8º verso classifica-se como elíptico;
- e) o último verso denota uma ação hipotética.

06. O título de uma notícia é “TCU determina novos cronogramas para devolução de recursos à União”.

Se quiséssemos transformar a oração acima em período composto, a opção correta seria:

- a) TCU determina que novos cronogramas para devolução de recursos à União;
- b) A determinação do TCU dos novos cronogramas para devolução de recursos à União;
- c) TCU determina novos cronogramas que devolvessem recursos à União;
- d) TCU determina novos cronogramas para que se devolva recursos à União;
- e) TCU determina novos cronogramas para que sejam devolvidos recursos à União.

07. Assinale a alternativa abaixo na qual a palavra sublinhada tenha função catafórica:

- a) O presidente recusou-se a falar com a imprensa. Criticá-lo apenas fez com que a comunicação fosse prejudicada.;
- b) E lá estava ela, instaurando-se silenciosamente: a maior crise hídrica da história;
- c) O Brasil é o segundo maior importador de azeite. O produto é comumente utilizado na culinária do país;
- d) Mesmo com a economia atual, o que não para de crescer é a indústria da beleza, que projeta crescimentos exorbitantes;
- e) Febre, cansaço e tosse seca: esses são os principais sintomas apresentados por pessoas com covid-19.

08. Os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) julgaram o processo referente a segunda etapa da auditoria integrada, que busca avaliar a sistemática de votação eletrônica no Brasil, sob a responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos demais órgãos da Justiça Eleitoral, quanto aos seguintes aspectos: auditabilidade, segurança e confiabilidade.

A modificação necessária para que esse texto fique correto é:

- a) inserir uma vírgula antes de “julgaram”;
- b) inserir crase em “a segunda etapa”;
- c) suprimir a vírgula antes de “que busca”;
- d) suprimir o artigo definido antes de “responsabilidade”;
- e) substituir a vírgula por dois pontos antes de “sob a responsabilidade”.

09. A frase em que se mostra adequada à norma culta é:

- a) À convite do UNODC, o TCU, participou do evento “The Role of Supreme Audit Institutions in Preventing and Countering Corruption”
- b) O evento foi realizado no âmbito do Programa da Declaração de Abu Dhabi: projeto que visa estreitar relações e ampliar a cooperação entre as diversas Entidades de Fiscalização Superiores (EFS);
- c) O objetivo de o encontro traçar um balanço dos primeiros dois anos de implementação da Declaração de Abu Dhabi foi cumprido;
- d) Durante a conferência, que foi moderado pelo controlador-geral da República do Chile o TCU apresentou experiências de boas práticas do Tribunal;
- e) Em continuidade dos trabalhos que já tem sido desempenhado junto ao UNODC, o TCU implementará o “Guia prático de aprimoramento das relações de trabalho entre EFSs e agências anticorrupção”.

10. A frase abaixo em que a partícula se tem função distinta das demais alternativas é:

- a) Fiscalizou-se área de infraestrutura voltada à prevenção de desastres naturais;
- b) Trata-se de problema que agrava o risco de desastres, frustrando expectativas e direitos dos beneficiários;
- c) Para dar assistência aos cidadãos, buscam-se informações sobre as providências tomadas;
- d) Como sugestão do ministro Bruno Dantas, criar-se-á painel que permita o acompanhamento das ações de defesa civil;
- e) Apontaram-se irregularidades nas contratações, baixa eficiência operacional e fragilidade na governança.

INGLÊS

Roberto Witte

A new variant

Scientists and Researchers around the globe are steadily trying to work out whether existing Covid vaccines protect us from the latest variant, Omicron. The worst-case scenario is the virus has mutated so much in the crucial parts of its genome that it can escape Covid vaccines designed to protect us from earlier versions of the virus – with devastating consequences globally. But it’s too soon to panic. And vaccines may end up protecting us against Omicron after all, as they have done with earlier variants. The World Health Organization (WHO) says it will take us another two to four weeks to figure out what’s going on. Here’s what scientists around the world are racing to find out.

The motive Omicron has caused global alarm is due to the number of new mutations throughout the genome of SARS-CoV-2, the virus that causes COVID. This data, coupled with real world data on the rapid rise in South African Omicron cases, prompted the WHO to designate Omicron a “variant of concern” on November 26. Omicron has now been detected in several other countries around the world. We’ve already seen some Omicron mutations in other variants.

Individually, some of these mutations have been associated with resistance to neutralising antibodies. In other words, these mutations help the virus evade recognition by an immune system primed with a COVID-19 vaccine. Some of these individual mutations have also been linked with increased transmissibility of the virus from one person to another.

However, Omicron has many unique mutations. For instance, on the spike protein, the protein used in many current vaccines, Omicron has about 30 mutations compared with the virus that came out of Wuhan. Delta has only ten mutations in its spike protein. So you get an idea of the scale of change.

Investigating the way these multiple mutations interact with one another, **rather than** individually, will be key to understanding how Omicron behaves compared with other variants.

Looking at these interactions will tell us more about Omicron’s ability to infect cells, cause disease and escape vaccines. And experiments are under way to investigate these mutations and their impacts.

While we wait for the results, we heard this week from some of the vaccine manufacturers. Moderna said its vaccine would be less effective against Omicron than against Delta. Meanwhile, Pfizer/BioNTech said its vaccine would still

protect against severe disease. Both companies said they could produce tweaked booster vaccines, if needed.

Scientists and researchers are taking samples of Omicron from infected people and growing the virus in laboratories. This gives them working stocks of the virus to conduct experiments. This can take time as you're often starting with tiny amounts of virus from a swab. This process also relies on access to the right types of cells to grow the virus in. Finally, this needs to be done in laboratories that offer a high level of biosafety, to contain the virus. Not all researchers have access to these facilities.

We still need to tackle Delta. Currently fewer than 200 genetic sequences of Omicron have been compiled compared with more than 2.8 million Delta sequences. Delta remains the most dominant variant. So we should continue to use vaccines and therapies we know work against Delta. It's also essential we continue with public health measures, such as wearing masks and social distancing, alongside continued vaccination, to combat the spread of SARS-CoV-2 and the emergence of further variants.

https://www.gavi.org/vaccineswork/omg-omicron-why-its-too-soon-panic-about-Covid-vaccines-and-new-variant?gclid=CjwKCAiA_omPBhBBEiwAcg7smd-HMZgXLdINVqy6emC2_hpFYHve-ZnpwladcgvlwoV2wr7wWwsyBoCZQoQAvD_BwE (adapted)

11. Choose the correct alternative

- a) According to the first paragraph of the text, researchers have already proved that the current COVID vaccines protect people from the Omicron variant.
- b) The Omicron mutations have been detected only in one specific variant, but in many other countries.
- c) In the second paragraph the word "several" conveys to the fact that Omicron is a dangerous variant and is affecting a lot of countries.
- d) In the fourth the word "however" can be replaced by "nevertheless" without changing the meaning of the text.
- e) According to the seventh paragraph, some vaccine manufacturers state they are able to produce tweaked booster vaccines.

12. Choose the incorrect alternative

- a) The word "unique" (fourth paragraph) expresses the idea that Omicron has only one mutation.
- b) The expression "rather than" (paragraph 5) can be replaced by "instead of" without changing the meaning of the paragraph.
- c) According to the text, laboratories that feature high levels of biosafety are available to certain researchers, while others don't have access to this kind of facilities.
- d) According to the last section of the text, we can infer that Omicron is much less known and understood than Delta.
- e) The verb "tackle" (last paragraph) could be replaced by "fight" without changing the meaning of the text.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

13. Nas abordagens atuais de gestão por competências, as competências individuais podem ser definidas como um conjunto de conhecimentos que o indivíduo mobiliza e aplica, de forma reiterada, dentro de um contexto organizacional, agregando valor à organização e a si mesmo. Esse conceito destaca que a competência individual tem duas dimensões, a saber:

- a) habilidades e atitudes;
- b) entregas e desempenho;
- c) conhecimentos e habilidades;
- d) capacidades e entregas.
- e) valores e atitudes;

14. De acordo com o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2014), as instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas. Essas instâncias podem ser exemplificadas por:

- a) ouvidoria.
- b) conselho fiscal;
- c) conselhos de administração;
- d) auditoria interna;
- e) controladorias;

15. A análise da estratégia empresarial é fundamental para avaliação do sucesso de um negócio. A estratégia pode ser definida como planos da alta direção para atingir os resultados desejados pela organização a partir de sua missão e valores. Contudo, esses planos da alta direção, que representam a estratégia deliberada, são normalmente mediados na empresa por estratégias emergentes que surgem de outras áreas. Para o autor Henry Mintzberg, a empresa deve proporcionar condições para que as estratégias emergentes possam também ser apreendidas. Para Mintzberg, a estratégia definida como plano é, na prática, utilizada de outras maneiras pelas empresas. Dessa forma, segundo Mintzberg, é correto afirmar que a estratégia é também:

- a) um plano elaborado deliberadamente pelos acionistas em concerto com a alta direção; e a estratégia deliberada é igual à estratégia realizada;
- b) um padrão, ou seja, comportamento consistente ao longo do tempo; e um “truque”, um artifício para ludibriar um concorrente;
- c) uma posição de um determinado produto num mercado; e a imposição da vontade do acionista sobre os colaboradores;
- d) uma perspectiva, ou seja, como a empresa faz as coisas; e a estratégia realizada é igual à estratégia deliberada pela vontade dos acionistas;
- e) um truque engendrado pelos acionistas para enganar um concorrente; e um plano que deve ser seguido sem alterações pela empresa.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Carlos Henrique

16. No sistema de juros compostos, uma taxa de $x\%$ ao semestre, com capitalização quadrimestral, corresponde a uma taxa efetiva anual de:

- a) $(1 + 2x/3)^3$
- b) $(1 + x/3)^3 - 1$
- c) $(1 + 2x/300)^3$
- d) $(1 + 2x/300)^3 - 1$
- e) $1 - (1 + 2x/300)^4$

17. A dívida referente à aquisição de um automóvel deverá ser liquidada pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) por meio de 48 prestações mensais, a uma taxa de 2% ao mês, vencendo a primeira prestação um mês após a data de aquisição. Se o valor da última prestação é de R\$ 5.100,00, tem-se que o valor da 31ª prestação é igual a

- a) R\$ 5.800,00
- b) R\$ 6.000,00
- c) R\$ 6.400,00
- d) R\$ 6.500,00
- e) R\$ 6.800,00

18. O IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) é um indicador da variação dos preços calculado pela Fundação Getúlio Vargas e divulgado mensalmente. O IGP-M costuma ser utilizado como referência para o cálculo de reajuste dos contratos de aluguel de imóveis.

O contrato de aluguel de Ivo prevê reajustes anuais com base no IGP-M acumulado nesse período. Após um ano de contrato, o valor acumulado desse índice foi 9,392%.

Se, no mesmo período, a inflação acumulada foi de 6%, então o aumento do aluguel, descontada a inflação, foi de:

- a) 2,4%;
- b) 2,5%;
- c) 3,0%;
- d) 3,2%;
- e) 3,6%.

19. Uma moto, cujo preço à vista é R\$ 20.200,00, é vendida em doze prestações consecutivas, mensais e iguais, sendo a primeira prestação paga no ato da compra.

Se são cobrados juros compostos de 1% ao mês, o valor das prestações, em reais, é aproximadamente

Dado $(1,01)^{-12} =$ 0,8874

- a) 1684
- b) 1778
- c) 1794
- d) 1828
- e) 1896

20. Uma dívida de R\$ 20.000 foi liquidada pelo valor de R\$ 45.000, pagos de uma única vez, dois anos após ter sido contraída.

Nesse caso, no regime de capitalização composta, a taxa anual de juros empregada nesse negócio foi de:

- a) 40%
- b) 42%
- c) 45%
- d) 48%
- e) 50%

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

21. A Comissão Mista Permanente de Deputados e Senadores, prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, recebeu denúncia sobre a realização de despesas supostamente não autorizadas na lei orçamentária anual. Após solicitar pronunciamento da autoridade responsável, a Comissão não ficou satisfeita, situação em que pediu pronunciamento do TCU sobre a matéria.

Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) Por se tratar de controle político, não compete ao TCU pronunciar-se sobre o tema.
- b) Cabe ao TCU solicitar pronunciamento da Comissão Mista Permanente, caso em que o Tribunal poderá propor diretamente que o Congresso Nacional promova a sustação da despesa, uma vez que se trata de contrato administrativo.
- c) Caso o TCU entenda que a despesa é irregular, a Comissão Mista Permanente poderá realizar a sua sustação, desde que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública.
- d) O TCU deverá emitir pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.
- e) Entendendo irregular a despesa, o TCU determinará a sua sustação, comunicando o fato à Comissão Mista Permanente.

22. Joana é deputada federal e recebeu, em seu gabinete, um “dossiê” sobre supostas irregularidades em contrato administrativo firmado pela autarquia federal Alfa. Inconformada com os fatos, Joana resolveu solicitar ao TCU a realização de auditoria. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) o Tribunal será obrigado a realizar a auditoria, uma vez que, como parlamentar, Joana goza da prerrogativa de solicitar a realização de fiscalizações.
- b) Joana não goza de legitimidade para solicitar a realização de auditorias e inspeções, mas isso não impede que ela formule denúncia perante o Tribunal.
- c) o pedido de Joana deveria ser encaminhado, inicialmente, para o Plenário da Câmara dos Deputados, uma vez que somente os plenários da Câmara e do Senado possuem a prerrogativa de solicitar ao TCU a realização de fiscalizações.
- d) o TCU somente realiza auditorias e inspeções de ofício, uma vez que não se subordina ao Congresso Nacional.
- e) ainda que o pedido seja assinado pelo presidente de comissão técnica ou de inquérito, o Tribunal deverá decidir discricionariamente se o pleito será atendido, conforme a disponibilidade em seu plano de fiscalizações.

23. A denúncia, para ser processada no Tribunal de Contas da União, deverá, entre outros requisitos:

- a) ser formulada necessariamente por agente público.
- b) estar relacionada a administrador ou responsável sujeito ou não à jurisdição do TCU.
- c) versar sobre matéria de competência de qualquer Tribunal de Contas.
- d) ser apresentada por partido político, desde que possua representação no Congresso Nacional.
- e) conter o nome legível do denunciante, sua qualificação e endereço.

24. Considerando as disposições sobre as contas do Presidente da República, pode-se afirmar que:

- a) a apreciação dessas contas ocorrerá em sessão extraordinária.
- b) dado o caráter urgente da apreciação das contas, não se admite que o relator solicite esclarecimento adicionais, devendo a unidade técnica providenciar, de ofício, todas as informações necessárias para a apreciação.
- c) as contas consistirão nos balanços gerais da União e dos estados, e no relatório do órgão central do sistema de controle interno de todos os Poderes.
- d) por se tratar de peça informativa, o parecer prévio conterá sugestões, mas o Tribunal deverá se abster de emitir conclusões, em virtude do caráter político do julgamento das contas.
- e) o relatório não acompanhará o parecer prévio, mas ficará à disposição do Congresso Nacional, que poderá solicitar ao TCU informações sobre o reflexo da administração financeira e orçamentária federal no desenvolvimento econômico e social do País.

25. Joana teve as suas alegações de defesa rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União. Na citação, houve a comunicação para o recolhimento do débito, que não foi realizado nesse prazo inicial. Nesse caso, o Tribunal:

- a) dará quitação plena, desde que ocorra o pagamento do débito e da multa no prazo fixado.
- b) se constatada a boa-fé e inexistindo outra irregularidade, fixará novo e improrrogável prazo para o recolhimento da importância devida, hipótese em que a liquidação tempestiva do débito ensejará o julgamento das contas regulares, com a devida quitação.
- c) examinará a ocorrência de boa-fé na conduta do responsável e a inexistência de outra irregularidade nas contas, hipótese em que, subsistindo o débito, proferirá, por meio de acórdão, deliberação de rejeição das alegações de defesa, dando ciência ao responsável para que, em novo e improrrogável prazo de quinze dias, recolha a importância devida.
- d) se reconhecer que não houve boa-fé, emitirá julgamento definitivo de mérito, pela regularidade com ressalvas ou irregularidade das contas.
- e) emitirá, desde logo, o julgamento definitivo pela irregularidade das contas, ante o descumprimento da determinação de recolhimento do débito no prazo fixado inicialmente.

26. “Impende considerar, no ponto, em ordem a legitimar esse entendimento, a formulação que se fez em torno dos poderes implícitos, cuja doutrina, construída pela Suprema Corte dos Estados Unidos da América, no célebre caso *McCulloch v. Maryland* (1819), enfatiza que a outorga de competência expressa a determinado órgão estatal importa em deferimento implícito, a esse mesmo órgão, dos meios necessários à integral realização dos fins que lhe foram atribuídos. [...] É por isso que entendo revestir-se de integral legitimidade constitucional a atribuição de índole cautelar, que, reconhecida com apoio na teoria dos poderes implícitos, permite, ao TCU, adotar as medidas necessárias ao fiel cumprimento de suas funções institucionais e ao pleno exercício das competências que lhe foram outorgadas, diretamente, pela própria Constituição da República” (STF, MS 24.510, julgamento em 19/11/2003). Considerando as disposições acima sobre a teoria dos poderes implícitos e o poder geral de cautela do Tribunal de Contas da União, é correto afirmar que:

- a) a medida cautelar não pode ser revista de ofício pelo TCU, em virtude do princípio da inércia.
- b) a medida cautelar poderá consistir na suspensão de ato administrativo, mas não se admite a suspensão de procedimento administrativo, em virtude do risco do *periculum in mora inverso*.
- c) dada a urgência das medidas cautelares, não se admite a prévia oitiva do responsável, uma vez que o contraditório será oportunizado em juízo ordinário do processo e não na via cautelar, que tem rito sumário.
- d) as medidas cautelares poderão ser adotadas pelo Plenário, pelo relator, ou, em casos excepcionais, pelo Presidente do TCU, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito.
- e) não se admite a concessão de medida cautelar de forma singular, devendo o relator encaminhar a medida ao colegiado na primeira sessão subsequente.

27. Em relatório de auditoria, foram consignados achados relativos a ilegalidades em processos de licitação, indicando-se como responsável a servidora Maria. Por essa razão, Maria foi chamada em audiência, quando apresentou as suas razões de justificativa. Contudo, na deliberação de julgamento, Maria foi responsabilizada, sofrendo a penalidade de multa. Ao analisar a decisão, Maria percebeu que o relator e o colegiado não consideraram alguns de seus argumentos, motivo pelo qual opôs embargos de declaração. Sobre o referido instrumento recursal, pode-se afirmar que:

- a) caso a deliberação recorrida seja de câmara, os embargos de declaração serão submetidos à deliberação desse mesmo colegiado.
- b) o prazo de apresentação de Maria foi de quinze dias, contados na forma regimental.
- c) os embargos de declaração suspendem os prazos para cumprimento do acórdão embargado, mas não os prazos para interposição dos demais recursos.
- d) é obrigatória a audiência do Ministério Público junto ao Tribunal na análise dos embargos de declaração.
- e) a relatoria dos embargos de declaração não poderá ser conduzida por ministro-substituto convocado.

28. Geraldo teve as suas contas julgadas irregulares pelo TCU. Porém, após alguns anos, Geraldo conseguiu levantar novas informações sobre o seu processo, motivo pelo qual resolveu recorrer da decisão por intermédio de recurso de revisão. Nesse caso, pode-se afirmar que:

- a) o recurso de revisão deverá ter como fundamento, entre outras razões, a alegação injusta da decisão original.
- b) o recurso de revisão poderá ser apresentado a qualquer tempo, uma vez que a superveniência de elementos novos não se submete à prescrição ou à decadência.
- c) caso Geraldo venha a falecer antes de recorrer, os seus sucessores gozarão de legitimidade para apresentar o recurso de revisão.
- d) quando o recurso for apresentado pelo Ministério Público junto ao Tribunal, a revisão terá eficácia suspensiva.

e) o recurso de revisão deverá ser apreciado pelo colegiado que emitiu a decisão recorrida.

29. O Presidente do Tribunal de Contas da União, durante o período de recesso do Tribunal, determinou a suspensão cautelar de processo de licitação pública. Contudo, a entidade pública encarregada da licitação entendeu que os pressupostos para a concessão da medida cautelar não foram observados, motivo pelo qual resolveu impugnar a decisão do Presidente do TCU. Nesse caso, caberá:

- a) recurso de reconsideração, no prazo de quinze dias.
- b) agravo, no prazo de cinco dias.
- c) embargos de declaração, no prazo de dez dias.
- d) recurso de revisão, no prazo de trinta dias.
- e) pedido de reexame, no prazo de vinte dias.

30. O Ministro da Saúde estava interessado em lançar diversos editais de licitação para registro de preços, com o objetivo de adquirir medicamentos e insumos para a área da saúde. Contudo, algumas exigências para fins de padronização de futuros editais foram objeto de controvérsia nas assessorias do Ministro. Por essa razão, ele resolveu apresentar consulta ao Tribunal de Contas da União, discutindo, em tese, a possibilidade de implementar tais exigências. Nesse caso, a respeito da consulta, pode-se afirmar que:

- a) o Ministro da Saúde goza de legitimidade para apresentar consulta, mas deverá apresentar a pertinência temática da consulta à área de atribuição do Ministério da Saúde.
- b) a resposta à consulta tem caráter informativo e constitui prejulgamento da tese e do fato ou caso concreto.
- c) é imprescindível que a consulta seja acompanhada de parecer do órgão de assistência técnica ou jurídica da autoridade consulente, em qualquer caso.
- d) a consulta poderá ser respondida pelo relator, por câmara ou pelo Plenário.
- e) o relator poderá conhecer de consulta que verse sobre caso concreto.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

31. Por iniciativa de deputado federal, foi apresentado ao Congresso Nacional projeto de lei complementar que objetiva a criação do estado de Guarulhos, a partir do desmembramento do estado de São Paulo. A respeito do assunto, indique a alternativa compatível com o disposto na Constituição Federal.

- a) A Constituição Federal proíbe a secessão, motivo pelo qual o projeto de lei complementar deveria ser arquivado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.
- b) A votação do projeto pelo Congresso Nacional dependeria de autorização, por meio de plebiscito, da população brasileira.
- c) A criação do estado de Guarulhos dependeria de divulgação dos estudos de viabilidade estadual, apresentados e publicados na forma da lei.
- d) O estado de Guarulhos poderia ser criado por lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional, após consulta prévia à população diretamente interessada, desde que o resultado do plebiscito fosse positivo.
- e) O novo estado só poderia ser criado por emenda à Constituição Federal e não por lei infraconstitucional.

32. João, vereador de Campinas, apresentou um projeto de lei (PL) para reduzir a alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O projeto foi votado em um único turno na Câmara de Vereadores, tendo sido aprovado por 60% do total de membros da Casa Legislativa. O PL seguiu ao Executivo e foi vetado pelo Prefeito no décimo dia útil de seu recebimento, sob justificativa de vício de iniciativa. A respeito do assunto, indique a alternativa incorreta.

- a) O prazo para que o Chefe do Executivo se manifeste a respeito do projeto de lei, sancionando-o ou vetando-o, é de quinze dias úteis.
- b) O quórum exigido para aprovar lei ordinária é o de maioria simples, razão pela qual o projeto foi regularmente aprovado pela Câmara de Vereadores.
- c) Projeto de lei sobre matéria tributária é da iniciativa privativa do Prefeito, motivo pelo qual o veto foi acertado, dado o vício formal de iniciativa.
- d) Diferente do que se aplica ao processo legislativo da Lei Orgânica, que requer dois turnos de votação, projetos de lei ordinária poderão ser votados em um único turno.
- e) O veto do prefeito poderá ser derrubado pela Câmara de Vereadores, pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

33. Quanto ao grau de eficácia, as normas constitucionais abaixo, conforme posicionamento doutrinário e jurisprudencial, classificam-se, respectivamente, como de eficácia

Art. 5º, inciso V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Art. 230, § 2º - Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

Art. 37, I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei (...).

- a) programática, limitada e plena.
- b) plena, plena e contida.
- c) plena, limitada e contida.
- d) plena, plena e plena.
- e) contida, limitada e plena.

34. O Governo do Paraguai ajuizou ação contra decisões judiciais que beneficiaram o Município de Foz do Iguaçu, no Paraná, quanto à cobrança de impostos de empresas prestadoras de serviço à usina de Itaipú. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal, indique a alternativa que contém o órgão competente para processar e julgar, originariamente, a referida ação judicial que tem como partes um Estado estrangeiro e um município brasileiro.

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Juiz Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.
- e) Tribunal de Justiça do Paraná.

35. Lei do estado da Paraíba estabeleceu que, durante a vigência de carência contratual, as operadoras de planos de saúde no âmbito do ente federativo não poderão recusar atendimento ou prestação de qualquer serviço aos seus usuários que estejam com quadro clínico ainda não diagnosticado ou com diagnóstico positivo de contaminação pela COVID-19. A respeito do caso narrado, conforme se depreende do texto da Constituição Federal e segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.

- a) A lei estadual é inconstitucional, uma vez que a competência para legislar sobre Direito Civil, Comercial e Política de Seguros é privativa da União.
- b) O Legislativo estadual não pode, sem delegação de competência da União, inovar sobre a imposição de períodos de carências pelas operadoras de planos de saúde.
- c) A lei estadual é constitucional, porque dispõe sobre proteção ao consumidor e sobre saúde, assuntos que são da competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.
- d) A lei da Paraíba apresenta uma inconstitucionalidade orgânica que pode ser combatida por meio da ação direta de inconstitucionalidade.
- e) A lei estadual interferiu em matéria contratual firmada entre operadoras e usuários, causando prejuízo financeiro, o que gera a sua inconstitucionalidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

36. José, servidor público da autarquia federal Beta, descumpriu intencionalmente normas relativas à celebração de parcerias firmadas com a entidade privada Gama.

Nos termos previstos na Lei de Improbidade Administrativa, José estará sujeito às sanções de:

- a) pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente, a qual pode ser aumentada até o dobro, pelo juiz, em virtude da situação econômica do réu, e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos.
- b) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 12 (doze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 (doze) anos.
- c) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 14 (catorze) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos.
- d) perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 3 (três) a 5 (cinco) anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 14 (catorze) anos.

e) pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente, a qual pode ser aumentada até 100 (cem) vezes, pelo juiz, em virtude da situação econômica do réu, e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 4 (quatro) anos.

37. João, ex-empregado de sociedade de economia mista do estado Alfa, que é empresa prestadora de serviço público essencial, em regime não concorrencial e sem intuito lucrativo primário, ajuizou reclamação pleiteando o pagamento de verbas trabalhistas inadimplidas. Ao consultar o orçamento da estatal para o ano corrente, João identificou uma enorme quantia de recursos e solicitou ao seu advogado que requeresse o bloqueio destes recursos para pagamentos dos valores que entende serem devidos. Seu advogado respondeu corretamente a ele que tais recursos públicos:

- a) podem ser bloqueados, uma vez tratar-se de verba alimentícia que não poderia ser negada ao trabalhador.
- b) podem ser sequestrados, mas não bloqueados, considerando a teoria dos poderes implícitos e o princípio da dignidade do trabalhador.
- c) podem ser bloqueados, considerando o princípio da dignidade do trabalhador e o princípio do enriquecimento sem causa da Administração.
- d) não podem ser bloqueados ou sequestrados, em virtude da submissão da estatal ao regime de precatórios, dos princípios da legalidade orçamentária, da separação dos poderes e da eficiência da administração pública.
- e) não podem ser bloqueados ou sequestrados, pois o regime de precatórios alcança todas as entidades do poder público, não se admitindo outra forma de execução de créditos em face do Estado.

38. José, profissional de veículo de imprensa brasileiro, foi ferido por agentes policiais do Estado Alfa durante cobertura jornalística que realizava a respeito de manifestações contrárias ao governo, na qual houve tumulto entre policiais e manifestantes. Em decorrência do ferimento, José sofreu diversos danos morais, patrimoniais e estéticos.

A respeito desta situação hipotética, é correto afirmar que a responsabilidade é

- a) objetiva do Estado Alfa, cabendo excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, caso se demonstre que José descumpriu ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física.
- b) objetiva do Estado Alfa, não cabendo excludentes ou atenuantes da responsabilidade estatal.
- c) subjetiva do Estado Alfa, devendo-se comprovar a imprudência na atuação do agente policial.
- d) subjetiva do Estado Alfa, devendo-se comprovar necessariamente o ato intencional do agente policial.
- e) exclusiva do veículo de imprensa, empregador de José, não cabendo a arguição da responsabilidade estatal.

39. Em relação à duração dos contratos administrativos, à luz da Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) É de no máximo 5 anos a vigência dos contratos de serviço continuado, inclusive quanto à operação de sistemas estruturantes de tecnologia da informação.
- b) Terão a duração máxima de 35 anos os contratos de eficiência sem investimento.
- c) É vedado, em caráter absoluto, o estabelecimento de contrato administrativo por prazo indeterminado.
- d) Os contratos de fornecimentos contínuos terão duração de até 5 anos, embora possam ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal.
- e) Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência nunca poderá ser prorrogado.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

40. Janaína ajuizou ação em face de Lima e Silva Comércio Varejista Ltda. pleiteando reparação por danos morais e materiais. Na petição inicial, Janaína informa que seu marido, Wellington, falecido há três anos, foi modelo fotográfico e que o réu vem se utilizando da imagem dele, sem autorização, para fazer publicidade de seus produtos. Em contestação, Lima e Silva Comércio Varejista Ltda. suscita preliminar de ilegitimidade da parte autora, pois alega que a ação deveria ser ajuizada pelo espólio do falecido, e não por sua esposa em nome próprio. No mérito, Lima e Silva Comércio Varejista Ltda. alega a ausência de prova de prejuízo material ou moral decorrente da exposição da imagem do falecido. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a) A alegação preliminar e a alegação de mérito devem ser acolhidas pelo magistrado.
- b) A alegação preliminar deve ser acolhida pelo magistrado, mas não a alegação de mérito, pois a reparação civil, no caso, independe da prova do prejuízo.
- c) A alegação preliminar não deve ser acolhida pelo magistrado, pois o cônjuge tem legitimidade para requerer indenização por lesão a direito da personalidade do morto. Já a alegação de mérito deve ser acolhida pelo magistrado.
- d) Nenhuma das alegações da parte ré deve ser acolhida pelo magistrado, pois o cônjuge tem legitimidade para requerer indenização por lesão a direito da personalidade do morto, e a reparação civil por publicação não autorizada da imagem da pessoa com fins econômicos ou comerciais independe da prova do prejuízo.
- e) Se, ao invés de esposa, Janaína fosse companheira de Wellington, faltaria a ela legitimidade para promover a ação contra Lima e Silva Comércio Varejista Ltda.

41. Joelson, casado com Alice pelo regime da comunhão parcial de bens, pai de Paulo, Luiz e Mario, deseja vender a Luiz um imóvel adquirido por ele anteriormente ao casamento. Diante da recusa dos demais filhos em anuir ao negócio, Joelson decide vender o referido imóvel ao seu vizinho, Pedro. Dois meses depois, Pedro vende o mesmo imóvel a Luiz. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a) É nula a venda do ascendente ao descendente, salvo se os demais descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido. Por essa razão, Joelson decidiu ultimar a venda por interposta pessoa, no caso, Pedro.
- b) Prescreve em dois anos a pretensão para anular a venda do ascendente ao descendente desprovida do consentimento dos demais descendentes e do cônjuge do alienante, contado o prazo da conclusão do negócio jurídico. Portanto, se Joelson tivesse vendido o imóvel diretamente a Luiz, passados dois anos, não mais seria possível anular o contrato.
- c) A outorga de Alice é prescível, por se tratar de imóvel pertencente com exclusividade a Joelson.
- d) O caso narrado ilustra hipótese de simulação, sendo nulo o negócio simulado, e anulável o que se dissimulou.
- e) A ação para pleitear a anulação do negócio simulado sujeita-se ao prazo decadencial de quatro anos.

42. Com relação à teoria geral dos contratos, assinale a alternativa correta.

- a) A *supressio* significa o surgimento de um direito em favor do contratante, diante do exercício contínuo de uma prerrogativa não prevista contratualmente, e da confiança resultante do seu reconhecimento pelo contratante adverso.
- b) A teoria do adimplemento substancial, pautada pela boa-fé objetiva, defende a impossibilidade de resolução contratual diante do cumprimento de parte considerável da prestação pelo devedor, assegurada, porém, a cobrança judicial da parte inadimplida.
- c) Nos contratos civis e consumeristas, a vulnerabilidade é presumida, o mesmo não se dizendo

dos contratos empresariais, que presumem-se paritários e simétricos.

- d) A interpretação das cláusulas negociais segue os parâmetros estabelecidos em lei, que são inalteráveis pela vontade das partes.
- e) Nos contratos de adesão, as cláusulas ambíguas ou contraditórias são havidas como nulas.

43. Davi estava caminhando em um parque quando Artur, o empregado da sociedade empresária contratado para realizar o serviço de jardinagem do local, perdeu o controle do cortador de grama e acabou por decepar parte do pé de Davi. O empregado evadiu-se do local, sem prestar socorro a Davi. Dois anos depois, Davi ingressa com ação objetivando obter reparação civil pelos danos experimentados. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a alternativa correta.

- a) Para que se possa responsabilizar a sociedade empresária de jardinagem, é preciso demonstrar sua culpa *in vigilando* ou *in eligendo*.
- b) A sociedade empresária de jardinagem tem responsabilidade objetiva pelos danos causados, sendo, porém, necessária a prova da culpa do empregado responsável pelo dano.
- c) A responsabilidade do empregado que causou o dano a Davi tem caráter subsidiário, devendo a ação ser proposta primeiramente contra a sociedade empresária de jardinagem.
- d) Davi pode pleitear danos morais e materiais, mas não danos estéticos, que no caso se encontram abrangidos pelos danos morais.
- e) A ação de Davi é tempestiva, já que a pretensão resultante de responsabilidade civil extracontratual, de acordo com o Superior Tribunal de Justiça, prescreve em dez anos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

44. Analise as assertivas a seguir, a respeito dos poderes do juiz no processo civil:

I – Ainda que o processo esteja concluso para julgamento, é possível que o juiz promova a autocomposição entre as partes;

II – O juiz pode determinar a dilação de prazos processuais de forma a adequá-los às necessidades do conflito e de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;

III – O juiz pode determinar o suprimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios, a fim de propiciar o julgamento de mérito.

Assinale a alternativa que indica TODAS as assertivas corretas:

- a) I – II.
- b) II.
- c) II – III.
- d) III.
- e) I – II – III.

45. A coisa julgada:

- a) alcança os motivos da decisão que sejam importantes para a solução da causa.
- b) não prejudica terceiros.
- c) material se refere à imutabilidade da decisão judicial no próprio processo em que proferida.
- d) alcança questões prejudiciais, mesmo que o juiz da causa não fosse originariamente competente para conhecer dessas questões, firmando-se a competência por acessoriedade em relação à questão principal.
- e) material não impede a rediscussão da causa em outro processo.

46. A teoria da asserção tem íntima relação com o instituto processual:

- a) da coisa julgada.
- b) da competência.
- c) das condições da ação.

d) dos recursos.

e) da fundamentação da decisão judicial.

47. A decisão do juiz que extingue a execução tem natureza de:

- a) sentença.
- b) decisão interlocutória.
- c) despacho.
- d) ofício.
- e) recurso.

SISTEMA NORMATIVO ANTICORRUPÇÃO

Antônio Pequeno

48. Gabriel, funcionário público responsável pela emissão de certidões em órgão público, verificou que o solicitante Pedro tinha extrema urgência na obtenção da certidão solicitada. Informou o fato a seu vizinho Luiz, que estava desempregado, e juntos decidiram ir até a residência de Pedro e exigir R\$ 1.000,00 para cada um para que Gabriel agilizasse a concessão da certidão pretendida. Pedro prometeu efetuar o pagamento no dia seguinte, mas decidiu não atender à exigência e comparecer em sede policial para narrar o ocorrido. Considerando as informações expostas, Gabriel deverá responder pelo delito de concussão:

- a) na forma consumada, assim como Luiz, apesar de não ser funcionário público e da natureza de crime próprio do delito;
- b) na modalidade tentada, assim como Luiz, apesar de não ser funcionário público e da natureza de crime próprio do delito;
- c) na forma consumada, enquanto Luiz será responsabilizado pelo crime de extorsão consumado;
- d) na modalidade tentada, enquanto Luiz será responsabilizado pelo crime de extorsão tentado;
- e) na forma consumada, enquanto Luiz será responsabilizado pelo crime de extorsão tentado.

49. De acordo com o Decreto Federal nº 5687/2006, que promulga a Convenção das Unidas sobre a corrupção, marque a alternativa incorreta:

- a) Uma das finalidades da presente Convenção é promover e fortalecer as medidas para prevenir e combater mais eficaz e eficientemente a corrupção;
- b) Cada Estado Parte, em conformidade com os princípios fundamentais de sua legislação interna, adotará medidas para prevenir a corrupção e melhorar as normas contábeis e de auditoria no setor privado, assim como, quando proceder, prever sanções civis, administrativas ou penais eficazes, proporcionadas e dissuasivas em caso de não cumprimento dessas medidas.
- c) A presente Convenção se aplicará, de conformidade com suas disposições, à prevenção, à investigação e à instrução judicial da corrupção e do embargo preventivo, da apreensão, do confisco e da restituição do produto de delitos identificados de acordo com a presente Convenção.
- d) Com o objetivo de combater a corrupção, cada Estado Parte, em conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, promoverá, entre outras coisas, a integridade, a honestidade e a responsabilidade entre seus funcionários públicos.
- e) Cada Estado Parte adotará as medidas legislativas e de outras índoles que sejam necessárias para qualificar como delito, quando cometido mesmo que não intencionalmente, a malversação ou o peculato, a apropriação indébita ou outras formas de desvio de bens, fundos ou títulos públicos ou privados ou qualquer outra coisa de valor que se tenham confiado ao funcionário em virtude de seu cargo.

50. De acordo com o Decreto Federal nº 5015/2004, que promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, marque a alternativa incorreta:

- a) O objetivo da presente Convenção consiste em promover a cooperação para prevenir e combater mais eficazmente a criminalidade organizada transnacional.
- b) O disposto na presente Convenção autoriza qualquer Estado Parte a exercer, em território de outro Estado, jurisdição ou funções que o direito interno desse Estado reserve exclusivamente às suas autoridades.
- c) No respeito pelo ordenamento jurídico do Estado Parte, a responsabilidade das pessoas jurídicas poderá ser penal, civil ou administrativa
- d) A responsabilidade das pessoas jurídicas não obstará à responsabilidade penal das pessoas físicas que tenham cometido as infrações
- e) Cada Estado Parte adotará as medidas legislativas e outras que sejam necessárias para caracterizar como infrações penais os seguintes atos, quando intencionalmente cometidos:
 - a) Cada Estado Parte adotará as medidas legislativas e outras que sejam necessárias para caracterizar como infrações penais os seguintes atos, quando intencionalmente cometidos: prometer, oferecer ou conceder a um agente público, direta ou indiretamente, um benefício indevido, em seu proveito próprio ou de outra pessoa ou entidade, a fim de praticar ou se abster de praticar um ato no desempenho das suas funções oficiais;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ESTATÍSTICA**

Carlos Henrique

51. Uma população em uma certa região se encontra dividida em três estratos, com tamanhos, $N_1 = 128$, $N_2 = 192$ e $N_3 = 96$. Ao se realizar uma amostragem estratificada proporcional, 16 elementos da amostra foram retirados do primeiro estrato. Indique qual o número total de elementos da amostra.

- a) 36
- b) 48
- c) 52
- d) 64
- e) 72

A tabela a seguir apresenta as probabilidades de, em um certo dia, o time Snipers fazer 0, 1, 2 ou 3 gols em um jogo.

Número de gols	0	1	2	3
Probabilidade	0,4	0,2	0,1	?

52. A média do número de gols é:

- a) 1,2
- b) 1,3
- c) 1,4
- d) 1,5
- e) 1,6

53. A variância do número de gols é:

- a) 1,59
- b) 1,60
- c) 1,61
- d) 1,62
- e) 1,63

54. Em um hospital, 20% dos enfermos estão com COVID. Para dar continuidade às pesquisas que estão sendo realizadas para controlar o avanço deste tipo de infecção, cinco enfermos desse hospital são selecionados, ao acaso e com reposição.

A probabilidade de que exatamente três dos enfermos selecionados não estejam acometidos com COVID é igual a:

- a) 20,48%
- b) 21,36%
- c) 22,45%
- d) 23,67%
- e) 24,53%

Uma auditoria feita em uma empresa farmacêutica durante 10 anos (de 2011 a 2020), foi registrado, em cada ano, o faturamento anual (Y) da empresa, em milhões de reais, e o respectivo investimento anual com pesquisa (X), em milhões de reais. Um modelo de regressão linear simples $Y_t = \alpha + \beta X_t + \varepsilon$, $t = 1, 2, \dots$ foi elaborado para se prever Y em função de X , considerando as informações registradas, em que Y_1 e X_1 são o faturamento e o gasto com marketing em 2011, Y_2 e X_2 são o faturamento e o gasto com marketing em 2012, e assim por diante. Os parâmetros α e β são desconhecidos e ε é o erro aleatório com as respectivas hipóteses do modelo de regressão linear simples.

As estimativas de α e β foram obtidas pelo método dos mínimos quadrados, e sabe-se que o valor da soma dos faturamentos e dos gastos com marketing de 2011 a 2020 foram, em milhões de reais, iguais a 360 e 60, respectivamente.

A estimativa do coeficiente angular da reta obtida por meio do método dos mínimos quadrados foi de 3.

55. O valor de α , em milhões de reais, é igual a:

- a) 16
- b) 18
- c) 20
- d) 24
- e) 30

56. A previsão do faturamento em um determinado ano, uma vez que a empresa investiu em pesquisa, nesse ano, 4 milhões de reais, é igual a:

- a) 30 milhões
- b) 32 milhões
- c) 35 milhões
- d) 36 milhões
- e) 39 milhões

Uma amostra aleatória de 9 valores de salários extraída de uma população, considerada normal e de tamanho infinito, apresentou uma média igual a R\$ 800,00 com um desvio padrão igual a R\$ 120,00. Os registros históricos indicam que a média dos salários da população é igual a R\$ 740,00. Deseja-se testar a hipótese, ao nível de significância α , se o valor da média verificada na amostra difere do valor de R\$ 740,00. Seja H_0 a hipótese nula do teste ($\mu = 740$), H_1 a hipótese alternativa ($\mu \neq 740$) e $t_{\alpha/2} > 0$ o quantil da distribuição “t” de Student, no nível de significância α , para testes bicaudais com 8 graus de liberdade. Sabe-se que H_0 foi rejeitada.

57. O valor da variável do teste (t calculado) obtido através da amostra e necessário para comparação com $-t_{\alpha/2}$ e $t_{\alpha/2}$ é igual a:

- a) 1,5
- b) 1,6
- c) 1,7
- d) 1,8
- e) 2,0

58. Diante do texto anterior, pode-se afirmar que:

- a) $t_{\alpha/2} > 1,5$
- b) A um nível de significância β , $\beta < \alpha$, H_0 não teria sido rejeitada
- c) a referência a 8 graus de liberdade está errada, pois deveriam ser 9 graus de liberdade
- d) A um nível de significância β , $\beta > \alpha$, H_0 teria sido rejeitada
- e) o valor do escore reduzido é igual a 2

59. Através de uma amostra de 100 servidores de determinado órgão, estimou-se um salário médio amostral de R\$ 4.000,00. Dessa forma, o intervalo de confiança para o salário médio de todos os servidores foi $4.000,00 \pm 160,00$, com um certo grau de confiança. Se tivéssemos obtido o mesmo dado amostral com uma amostra de 400 servidores, o intervalo de confiança (com o mesmo grau de confiança) seria dado por:

- a) $4.000,00 \pm 80,00$
- b) $4.000,00 \pm 70,00$
- c) $4.000,00 \pm 60,00$
- d) $4.000,00 \pm 50,00$
- e) $4.000,00 \pm 40,00$

60. Mariana, uma funcionária do Banco do Brasil, realizou uma pesquisa entre a relação do clientes que entram em uma agência bancária (x) e o número vendas de seguros em um dia qualquer (y). Mariana descobriu que o coeficiente de correlação linear de Pearson das duas variáveis é 0,8, enquanto que os desvios padrões das variáveis x e y são, respectivamente, 4 e 5. Logo, podemos concluir que o desvio padrão da diferença entre as variáveis x e y é:

- a) 2
- b) 3
- c) 4
- d) 5
- e) 6

ANÁLISE DE DADOS

Thiago Cavalcante

61. Qual das opções abaixo não é considerado um tipo JSON.

- a) String
- b) Object
- c) Date
- d) Array
- e) Number

62. Qual a representação decimal do valor hexadecimal 23215:

- a) 5AAF
- b) 143893
- c) 222222
- d) 34BC
- e) 153853

63. A topologia expressa a relação entre elementos geométricos e pode descrever diferentes tipos de relações. Dentre as relações podemos destacar:

- a) pertinência, conectividade e contiguidade
- b) pertinência, continuidade e contiguidade
- c) sintonia, conectividade e contiguidade
- d) continência, conectividade e congruência
- e) sintonia, continência e continuidade

64. Em relação a banco de dados relacionais, analise as afirmativas abaixo:

- I. Uma chave primária identifica um registro de forma única, não podendo eventualmente assumir valor nulo.
- II. Uma chave estrangeira pode apontar para uma chave primária da mesma tabela.
- III. Uma chave candidata é aquela que define uma combinação de atributos entre tabelas, mas não pode ser uma chave primária.

Está correto o que se afirma em:

- a) I;
- b) II;
- c) III;
- d) I e II;
- e) I, II e III.

65. Considere o comando SQL a seguir, executado num banco de dados relacional com duas tabelas, R1 e R2, contendo 4.000 e 5.000 registros, respectivamente. R1 e R2 possuem chaves primárias definidas.

```
SELECT DISTINCT * FROM R1, R2
```

Assinale a opção que indica o número de linhas produzidas na execução.

- a) 1
- b) 2.000
- c) 5.000
- d) 7.000
- e) 20.000.000

66. Com relação ao processamento de transações, não deve ser uma capacidade de um SGBD:

- a) Garantir que as transações estejam livres de interferência de outros usuários.
- b) Usuários não autorizados não devem ter acesso aos dados no SGBD
- c) Partes de uma transação não são perdidas devido a uma falha.
- d) As transações não tornam o banco de dados inconsistente.
- e) Uma vez gravados em armazenamento não volátil os dados não serão perdidos

67. A tarefa de mineração que procura por elementos que são adquiridos simultaneamente em um supermercado é conhecida como:

- a) Classificação
- b) Agrupamento
- c) Regra de Associação
- d) Regressão
- e) Detecção de outlier

68. Em processamento de linguagem natural (PLN) a segmentação morfológica pode ser entendida como:

- a) Uma extensão da lógica proposicional
- b) A análise do discurso
- c) A segmentação do texto em tokens que representam palavras ou elementos gráficos de pontuação
- d) A análise de sentimento do texto
- e) A separação as palavras em morfemas individuais e identificação das classes dos morfemas

69. Sobre os conceitos de árvore de decisão assinale a alternativa correta.:

- a) Árvores de decisão são utilizadas para resolver problemas de classificação, mas não de regressão.
- b) Depois de treinada, o processo de predição possui um tempo computacional baixo.
- c) Árvores de decisão não conseguem resolver problemas de classificação com alta dimensionalidade.
- d) As árvores de decisão se enquadram na categoria de aprendizado não supervisionado.
- e) O custo de treinamento é baixo e, no geral, o resultado encontra o melhor resultado global.

70. O objeto mais importante definido no NumPy é um tipo de matriz N-dimensional chamado

- a) ndarray
- b) narray
- c) nd_array
- d) darray
- e) pyarray

71. Qual dos comandos abaixo é usado na linguagem R, para interromper a execução de um loop.

- a) next
- b) skip
- c) break
- d) delete
- e) jump

72. O pacote dplyr possui um comando que gera estatísticas resumidas de diferentes variáveis no Data Frame, assinale a alternativa que apresenta este comando:

- a) rename
- b) summarize
- c) set
- d) subset
- e) summary

73. De acordo com o Guia de Boas Práticas para Gerenciamento de Incidentes (Good Practice Guide For Incident Management) qual das seguintes etapas não fazem parte do tratamento de incidentes:

- a) Detecção
- b) Triagem
- c) Modelagem
- d) Análise
- e) Reposta

74. A aprovação da Lei de Acesso à Informação LAI (Lei nº 12.527/2011) trouxe disposições para garantir à sociedade o acesso à informação pública previsto na Constituição da República de 1988. A Lei estabelece algumas qualidades que devem caracterizar a informação pública.

Uma dessas é a autenticidade, que se refere à qualidade da informação:

- a) que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;
- b) que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;
- c) não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;
- d) coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;
- e) elaborada por servidor ou agente devidamente autorizado a partir de fontes identificadas.

75. Sobre os direitos dos titulares de dados pessoais, assinale a alternativa correta:

- a) O titular dos dados pessoais tem o direito de peticionar em relação aos seus dados contra o operador perante a autoridade nacional.
- b) Cabe ao operador o ônus da prova de que o consentimento foi obtido em conformidade com o disposto na LGPD.
- c) É vedado o tratamento de dados pessoais mediante vício de consentimento.
- d) O consentimento deverá referir-se a finalidades amplas, portanto, é possível a criação de um formulário de autorização genérico para o tratamento de dados pessoais.
- e) O consentimento não pode ser revogado por um período de 1 ano

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Carvalho

76. São características das auditorias operacionais, EXCETO:

- a) Conceitos-chave: Economia, eficiência, eficácia, efetividade.
- b) Objetivo: Contribuir para a melhoria da gestão pública.
- c) Papel do auditor: Verificar se há discrepância entre a situação encontrada e a lei ou norma.
- d) Principais áreas de conhecimento do auditor: Ciências sociais, análise de políticas.
- e) Critérios Normas legais, boas práticas, valores profissionais, modelos, experiências

77. São elementos da auditoria operacional o auditor, a parte responsável, os usuários previstos, os critérios para avaliar o objeto de auditoria e a informação resultante da avaliação do objeto (ISSAI 100/24). Esses elementos apresentam aspectos peculiares nos diferentes tipos de auditoria. Qual desses elementos se referem às pessoas ou organizações para quem o auditor elabora o relatório de auditoria?

- a) o auditor

- b) a parte responsável
- c) os usuários previstos
- d) os critérios para avaliar o objeto de auditoria
- e) a informação resultante da avaliação do objeto

78. Elemento central na determinação do direcionamento dos trabalhos de auditoria, das metodologias e técnicas a adotar e dos resultados que se pretende alcançar. Esse conceito está associado ao/à:

- a) Achado de auditoria
- b) Questão de auditoria
- c) Matriz de responsabilização
- d) Matriz de achados
- e) Matriz de responsabilização

79. Evidências são informações obtidas durante a auditoria e usadas para fundamentar os achados. O conjunto de achados irá respaldar as conclusões do trabalho. A equipe de auditoria deve obter evidências suficientes e apropriadas para fundamentar os achados, e assim chegar a conclusões para responder ao(s) objetivo(s) de auditoria e propor recomendações e determinações. Os pressupostos a seguir são úteis para avaliar a suficiência da evidência, EXCETO:

- a) quanto maior o risco de auditoria, maior a quantidade e a qualidade de evidências requeridas;
- b) evidências mais robustas podem permitir que menos evidências sejam usadas;
- c) ter um grande volume de evidências de auditoria não compensa a falta de relevância, validade ou confiabilidade;
- d) mais evidência é normalmente necessária quando a entidade auditada tem outra opinião sobre o objeto de auditoria.
- e) a evidência documental é mais confiável do que a evidência testemunhal, mas a confiabilidade varia independentemente da fonte e do propósito do documento;

80. O relatório é o instrumento formal e técnico por intermédio do qual a equipe comunica o objetivo e as questões de auditoria, o escopo e suas limitações, o método usado, os achados de auditoria, as conclusões e a proposta de encaminhamento. No TCU, devem-se observar os requisitos de completude, clareza, concisão, convicção, exatidão, relevância, tempestividade e objetividade (NAT, 129). Qual desses requisitos significa produzir texto que seja de fácil compreensão para o leitor informado?

- a) completude.
- b) clareza.
- c) convicção.
- d) exatidão.
- e) relevância.

81. O exame documental consiste na análise de documentos relacionados ao objeto da auditoria em busca de dados ou informações que poderão servir de subsídio ao planejamento da auditoria ou como evidências dos achados. São exemplos de documentos que podem ser analisados: processos de licitação, prestações de contas, documentos avulsos (notas fiscais, cheques), relatórios etc. Preliminarmente, é necessário restringir a amostra de documentos a serem analisados de acordo com o tempo disponível da auditoria, utilizando-se como critério:

- a) a materialidade e a relevância frente aos objetivos do trabalho
- b) o grau de pertinência e relevância frente aos objetivos do trabalho
- c) a materialidade e o risco frente aos objetivos do trabalho
- d) o grau de pertinência e materialidade frente aos objetivos do trabalho
- e) a criticidade e o grau de pertinência frente aos objetivos do trabalho

CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

82. Acerca do Sistema de Contabilidade Federal, julgue as assertivas a seguir:

I - Compete aos órgãos setoriais de contabilidade manter e aprimorar o plano de contas e o processo de registro padronizado dos atos e fatos.

II – O Sistema de Contabilidade Federal deve evidenciar os custos dos programas da administração pública federal.

III – Compete à Secretaria do Tesouro Nacional, com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, efetuar os registros pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente infrator.

Está(ão) correta(s):

- a) I, apenas
- b) II e III, apenas
- c) I e III, apenas
- d) II, apenas
- e) I, II e III.

83. A Lei de Responsabilidade Fiscal detalha situações que se equiparam com operações de crédito e, nesse sentido estão vedadas. As opções a seguir indicam essas vedações, **com exceção de uma**. Assinale-a.

- a) captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.
- b) recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação.
- c) assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes.
- d) assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços.
- e) aquisição por instituição financeira controlada de títulos da dívida de emissão da União para aplicação de recursos próprios.

84. Determinada entidade estatal apresentou as seguintes informações, extraídas da sua contabilidade, referentes ao exercício financeiro de 20X1:

Receita prevista	15.000
Receita executada	18.000
Despesa empenhada	12.000
Ativo Financeiro	14.000
Passivo Financeiro	12.000
Passivo Compensado	10.000

Com base nessas informações, pode-se afirmar que houve:

- a) insuficiência de arrecadação de R\$ 4.000,00.
- b) excesso de arrecadação de R\$ 6.000,00.
- c) Déficit financeiro de R\$ 8.000,00.
- d) superávit orçamentário de R\$ 4.000,00.
- e) economia de despesa de R\$ 3.000,00.

85. Assinale a opção que indica uma restrição da informação contábil, nos termos da NBC TSP Estrutura Conceitual:

- a) Compensação
- b) Materialidade
- c) Essência sobre a Forma
- d) Oportunidade
- e) Agregação

86. A apresentação das informações financeiras por segmento das entidades do setor público tem por objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis no entendimento do desempenho passado da entidade, e na identificação dos recursos alocados no apoio das suas principais atividades, e de promover o aumento da transparência dos relatórios contábeis, permitindo a melhoria no cumprimento das obrigações de prestação de contas. A entidade deve divulgar em suas demonstrações contábeis, em notas explicativas para cada segmento as seguintes informações, **à exceção de uma**. Assinale-a:

- a) as receitas e despesas do segmento.
- b) o montante reconhecido do total de ativos do segmento.
- c) os ativos relativos aos tributos sobre a renda ou equivalentes que sejam reconhecidos de acordo com as normas contábeis que tratam das obrigações de pagar tais tributos.
- d) o custo total incorrido durante o período para adquirir ativos do segmento que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período.
- e) o montante reconhecido do total de passivos do segmento.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Silvio Sande e Julio Cardozo

Observe o balanço patrimonial a seguir e responda as questões **87** e **88**.

Ativo Circulante	R\$	Passivo Circulante	R\$
Bancos	500	Fornecedores	800
Duplicatas a Receber	1.000	Salários a pagar	700
Estoque	1.200	Empréstimos	500
Despesas Antecipadas	600		
Ativo Não Circulante		Passivo não Circulante	
Realizável a Longo Prazo	1.500	Financiamentos - longo Prazo	1.000
Investimentos	2.000	Patrimônio Líquido	
Imobilizado	2.200	Capital Social	6.000
Intangível	1.000	Reservas de lucro	1.000
Total Ativo	10.000	Total Passivo e PL	10.000

87. O Índice de Liquidez Seca é igual a

- a) 1,75
- b) 1,50
- c) 1,35
- d) 1,05
- e) 0,75

88. O índice de endividamento geral e o índice de liquidez geral são, respectivamente,

- a) 0,30
- b) 0,64
- c) 0,50
- d) 0,60
- e) 0,70

89. Na análise dos estoques de uma empresa, o Contador Kazuo recebeu apenas as seguintes informações:

- a empresa possui R\$ 500 de passivo não circulante;
- a empresa possui R\$ 500 de ativo não circulante (realizável a longo prazo);
- a empresa não possui despesas pagas antecipadamente.

Os índices de liquidez são os mostrados na tabela seguinte.

Índice	valor calculado
Geral	2,0
Corrente	4,0
Seca	2,8
Imediata	0,5

Nesse caso, o valor dos estoques da empresa será igual a

- a) R\$ 200.
- b) R\$ 250
- c) R\$ 280
- d) R\$ 300
- e) R\$ 350

90. A empresa Unicórnio Ltda apresentou, em 31/12/2019, Ativo Total de R\$ 500.000,00 e Patrimônio Líquido de R\$ 300.000,00. A empresa obteve um Índice de Liquidez Corrente de 1,6, e o grau de concentração do passivo no curto prazo era 40%. Com base unicamente nessas informações, podemos afirmar que o valor do Ativo Não Circulante, em 31/12/2019, era:

- a) R\$ 350.000,00
- b) R\$ 365.000,00
- c) R\$ 372.000,00
- d) R\$ 384.000,00
- e) R\$ 396.000,00

91. Ao analisarmos as demonstrações financeiras da empresa UCT S/A, percebemos que a relação entre as fontes de recursos é de 60%, pode-se concluir o endividamento geral dessa empresa será:

- a) 35,0%;
- b) 37,5%;
- c) 40,0%;
- d) 50,0%;
- e) 60,0%.

92. Ao analisar as demonstrações financeiras da empresa CTU S/A, o analista financeiro verificou que o grau de imobilização de capitais permanentes apresenta valor superior a 1,0. Com base na situação apresentada, julgue os itens abaixo:

- a) A Empresa está sendo utilizando financiando seus ativos fixos utilizando exclusivamente capital próprio.
- b) A empresa está utilizando recursos de terceiros para financiar seus ativos fixos sendo que esses recursos de terceiros são todos de longo prazo.
- c) a Empresa está utilizando recursos de terceiros de curto prazo para financiar seus ativos fixos.
- d) A empresa apresenta um índice de liquidez geral maior que um.
- e) A empresa apresenta um índice de liquidez geral igual a um.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

93. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos documento que conterà, entre outros, a indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites da LRF. Esse documento diz respeito à (ao):

- a) Relatório Resumido de Execução Orçamentária
- b) Relatório de Gestão Fiscal
- c) Anexo de Metas Fiscais
- d) Anexo de Riscos Fiscais

e) Declaração de Cumprimento da Regra de Ouro

94. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Com relação a outros meios que asseguram a transparência, analise as afirmativas a seguir.

I – Adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Legislativo da União.

II – Liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

III – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, somente
- b) I e II, somente
- c) II e III, somente
- d) I e III, somente.
- e) I, II e III.

95. Dentre os estágios da receita pública, aquele que corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente, é denominado

- a) Arrecadação
- b) Recolhimento
- c) Lançamento
- d) Liquidação
- e) Previsão

96. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias dispor ou conter, exceto:

- a) Critérios e forma de limitação de empenho
- b) Normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos
- c) Reserva de contingência
- d) Exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas
- e) Equilíbrio entre receitas e despesas

97. Considere as afirmativas a seguir sobre o Orçamento Público no Brasil.

I. Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

II. É classificada como inversão financeira a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

III. O superávit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes constituirá item de receita orçamentária.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) I e III

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

Celso Natale

98. Com base nos conhecimentos acerca do modelo IS-LM-BP, assinale a alternativa correta.

- a) Em um regime de câmbio fixo, a política monetária somente terá efeito se houver perfeita mobilidade de capitais.
- b) Considerando um regime de câmbio flexível com perfeita mobilidade de capitais, as operações de mercado aberto são capazes alterar a composição do balancete do Banco Central, sem afetar a base monetária.
- c) Em um regime cambial flexível com perfeita mobilidade, a expansão monetária implica na depreciação cambial e no aumento tanto dos níveis de renda agregada quanto no nível de exportações líquidas.
- d) Em uma economia com perfeita mobilidade de capitais, qualquer ponto abaixo da curva BP representa um superávit. Por outro lado, qualquer ponto acima representa um déficit no saldo do balanço de pagamentos.
- e) Considerando um regime cambial fixo e sem mobilidade de capital, a política monetária contracionista implica no superávit da balança comercial.

99. Considere os seguintes dados para uma economia, expressos em unidades monetárias:

- Produto nacional líquido 1.200
- Exportações de bens e serviços não fatores 200
- Importações de bens e serviços não fatores 300
- Impostos diretos 350
- Impostos indiretos 400
- Depreciação 150
- Subsídios 60
- Investimento do governo 80
- Transferências unilaterais correntes 0
- Saldo do balanço de pagamentos em conta-corrente: -80.

Com base nos dados acima, conclui-se que o Produto Interno Bruto é igual a:

- a) 1.300.
- b) 1.330.
- c) 1.390.
- d) 1.450.
- e) 2.130.

100. Com base nos tópicos relacionados às estruturas de mercado, assinale a alternativa correta.

- a) Um cinema cobra três preços diferentes: um para estudantes universitários, um para idosos acima de 60 anos e outros para crianças de até 11 anos. Esse cinema é um monopolista discriminador de 2º grau.
- b) Tudo o mais constante, se a elasticidade-preço da demanda em um mercado aumentar de 2 para 3 em valor absoluto, o mark-up do monopolista aumentará na mesma proporção.
- c) A firma monopolista, ao determinar o preço, irá atuar numa faixa de preços em que a demanda de mercado seja inelástica.
- d) O ótimo de Pareto pode ser alcançado quando a firma monopolista exerce a discriminação de preços de 1º grau, também chamada de discriminação perfeita.
- e) Uma das principais diferenças entre um mercado perfeitamente competitivo e uma empresa monopolista é que, diferentemente da primeira, a empresa monopolista auferir lucros econômicos normais no curto prazo.

Preencha o gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TCU-22-01>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>